

Marcas da tradição no tecido narrativo da obra Maria Luísa, de Lúcia Miguel Pereira

Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida (UNB)¹

Resumo:

Este artigo pretende examinar os traços do conservadorismo e da tradição impregnadas no romance *Maria Luísa*, de Lúcia Miguel Pereira, publicado no ano de 1933. Ao descrever as marcas dessa tradição, sobretudo religiosa, que direcionou a educação da protagonista Maria Luísa, a autora revela a dissimulação e o falseamento que constrói as máscaras sociais e que enredam os relacionamentos familiares e sociais.

Palavras-Chave: Conservadorismo, Tradição, Hipocrisia

Abstract:

This article aims to examine the traits of conservatism and tradition in the novel impregnated Maria Luisa of Lúcia Miguel Pereira, published in the year 1933. To describe the marks of that tradition, especially religious, who directed the education of the protagonist Maria Luisa, the author reveals the concealment and distortion that masks the social constructs and that ensnare the family and social relationships.

Key Words: Conservatism, Tradition, Hypocrisy

Introdução

Qual de nós não alimenta dentro de si, o ideal de um livro inteiramente sincero, livre, de um livro gerado nas raízes da personalidade, carregado do mistério vital? De um livro que penetrasse muito fundo na alma dos homens, e os acordasse do marasmo em que se atolam?

Lúcia Miguel Pereira

Na década de 1930, enquanto o rádio – o mais moderno meio de comunicação de massa da época – encurtava as distâncias, aproximando o país de ponta a ponta, nossa prosa de ficção, com renovada força criadora, punha-nos em contato com um Brasil pouco conhecido. Dando destaque às figuras marginais, unindo ideologia e análise sociológica e psicológica a novas técnicas narrativas, os modernistas da segunda geração também se voltam para a realidade brasileira, mas agora com uma intenção clara de denúncia social e engajamento político.

Enquanto isso, a escrita feminina ainda sofria preconceitos de vária ordem, porém com a produção ficcional de escritoras como Rachel de Queiroz e, sobretudo a produção crítica de Lúcia Miguel Pereira, além de seus textos de ficção, a mulher começa a ganhar voz em um ambiente dominado pelo discurso masculino. Lúcia investindo, timidamente, nos meandros da ficção, não carrega seus romances produzidos nesse período *Maria Luísa*, *Em Surdina* e *Amanhecer*, com a tônica da mudança social, com traços de invenção modernista, nem se trata de narrativa tradicional, sensível às fantasias. Centra-se, conforme comenta Nádia Battela Gotlib (1998), nas linhagens dos romances do século XIX, atrelados às questões da sociedade burguesa e suas relações dentro do núcleo familiar.

Na construção de uma sociedade particular que sobressalta da problemática familiar, tomamos, num processo metonímico, a dialética dessas relações familiares, delineadas por uma “revolução” psicológica, para entender o conflito feminino da sociedade carioca do período, evidente no romance *Maria Luísa*. Se é fato que a mulher, nesse período, ainda tem sua voz emudecida pelas idéias e práticas masculinas, a grande transformação se dá, de fato, no pensamento. Narrativa tematizada pelas reflexões e crises existenciais da personagem Maria Luísa, ao seguir ou sugerir a trajetória feminina na busca da sua liberdade, depara-se com a consciência feminina da necessidade da mudança. Essa consciência é alcançada através de uma relação de alteridade



entre os sujeitos. É por meio da observação do outro que as personagens se conhecem e se reconhecem configurando intensas epifanias ao longo do texto.

Tais momentos epifânicos, como o que Maria Luísa envolve-se com Flávio ou encontra a menina cega, enredam situações de angústia que desestabilizam sua concepção de que o fundamental é ser uma mulher-modelo, isto é, seguindo as prescrições tradicionais. Dessa forma, Maria Luísa substitui o afeto pelo dever, o seu prazer pelo prazer do marido. Mas, conclui que a família organizada nesses moldes dá vida a uma hipocrisia social. Essas inquietações compõem uma disputa de juízos que ora se confundem ser da personagem ou da autora. Nesse embate de vozes enunciativas, presume-se que o narrador, elemento essencial na condução da interpretação do leitor, aja em função do desejo da autora. Como é sabido do envolvimento e atuação de Lúcia com a tradição católica dos primeiros anos do século XX, mostrar o desequilíbrio e a desagregação decorrentes, sobretudo, do encontro entre a protagonista e Flávio não seria uma forma de valorizar a tradição?

Neste embate é que a autora, de acordo com a epígrafe supracitada, parece chamar a atenção, em *Maria Luísa*, para uma escrita reveladora que “penetrasse muito fundo na alma dos homens, e os acordasse do marasmo em que se atolam”. Diante desse propósito, como o universo ficcional concebido por Lúcia circunda, essencialmente, as inquietações femininas, é possível interpretar que esse apelo generalizante sobre a condição do ser seja destinado, receosamente, à mulher.



A Tradição e a construção da personagem Maria Luísa

Sentia que sua vida não podia ser diferente do que fora até então. O passado podia estar errado, mas o futuro estava delineado por ele...
Reflexão da personagem Maria Luísa

O romance *Maria Luísa* integrou um relevante momento da ficção brasileira em que o conflito proveniente das mudanças nos modos de produção e nas relações de trabalho levou à consciência de que o problema do mundo contemporâneo residia na obtenção da riqueza pela via da exploração, o que gerou crises ideológicas.

Para Luís Bueno, “[e]m 1933, era preciso ter a alma sob o abrigo de alguma ideologia definida” (BUENO, 2006, p.199), já que esse conflito havia instituído a divisão da produção literária de 30 em dois grupos.

Para os homens da esquerda, é evidente, o que há é uma estrutura social perversa, que concentra os meios de produção nas mãos de uns poucos enquanto grandes massas humanas vivem à margem do que elas mesmas produzem. Para os católicos, a crise é espiritual e, por conseqüência, moral. O mundo burguês é, para eles, um mundo sem Deus onde tudo é permitido (BUENO, 2006, p. 199-200).

Na trilha desse último pensamento em *Maria Luísa*, Lúcia Miguel Pereira, ao pormenorizar a vida familiar, não deixará de abordar a hipocrisia social e, sobretudo religiosa, em que esta se insere. Ciente dessa crise existencial, sobretudo moral, por que passa a sociedade, desestabiliza a personagem homônima através de reflexões acerca de sua condição de ser no mundo. Marcada pelo discurso religioso, às vezes contraditório, da autora, a personagem estabelece um confronto psicológico permeado pela incoerência de suas práticas em um mundo burguês e pela descrença nas convenções vividas que põem em questão as certezas do ser humano. Haja vista a analogia entre os



juízos de valor imanentes no romance e as vivências da autora, comenta Nádia Battela Gotlib:

[a] estrutura romanesca traduz, nesse universo fechado severo, os resultados de uma experiência de vida da autora que se desenvolveu em ambiente de formação católica acentuada, ligada ao grupo Dom Vital, no Rio de Janeiro, a que se somariam outras experiências: a de mulher casada com historiador de renome, Otávio Tarquínio de Sousa, à de mulher de grande atividade intelectual, também funcionária da Secretaria de Educação e Cultura e da Biblioteca de Educação; integrante da comissão Machado de Assis, encarregada da publicação das obras desse autor; a de biógrafa- de Machado de Assis e de Gonçalves Dias; a de tradutora, ensaísta, jornalista e, sobretudo, crítica (GOTLIB, 1998, p. 19).

O romance principia destacando a prática religiosa de Maria Luísa quando o marido Artur a indaga sobre a ida à missa. “Ele sabia que Maria Luísa nunca perdia a missa das dez na Matriz da Glória. Era um velho hábito, e ela uma senhora metódica” (PEREIRA, 2006, p. 13). Embora o romance traga as marcas dessa formação da autora, nesse sentido, há certa contradição no trato com a filosofia católica à medida que essa crença religiosa é posta como hábito e que, ao longo da narrativa, vai sendo ‘desconstruída’ pelas experiências da heroína. Antonio Candido explica essa divergência na ficção dos anos 30 quando ressalta a existência dos embates, sobretudo ideológicos, e a necessidade do engajamento da literatura.

A poesia espiritualista, o romance de orientação problemática, o ensaio católico tradicionalista, constituem modos, bastante diversos, e nem sempre ligados entre si, de reagir no sentido de uma preservação, ou reajustamento de valores sociais, políticos, ideológicos, ameaçados pelas manifestações modernistas. Diante da crise das velhas estruturas, e, portanto dos valores tradicionais, a literatura reagiu com bastante sensibilidade – quer no sentido da reforma, contribuindo para a formação de uma atitude crítica, quer no da reação, intensificando o apelo daqueles valores (CANDIDO, 2000, p. 124).

Luís Bueno também identifica, na escrita de Lúcia, a tênue ligação entre experiência pessoal e imaginação quando observa em *Maria Luísa* “a presença de Machado de Assis, no uso repetitivo de digressões à margem da ação, às vezes sentenciosas, e no recurso ao capítulo curto que, embora eventual, tem

função estratégica no desenvolvimento do enredo” (BUENO, 2006, p. 304). Entende-se assim que a autora, conhecedora da vida e da ficção do ‘Bruxo do Cosme velho’, transplanta, em seus incipientes registros literários algumas marcas dessa consagrada ficção machadiana.

Típica representação do romance intimista do período, a narrativa *Maria Luísa* incidiu diretamente na valoração das tradições, dos estilos de viver e de pensar herdados à sociedade patriarcal. Vale deixar a caracterização da protagonista Maria Luísa a cargo do narrador. “Uma mulher como poucas. Admirável. Perfeita. Perfeitíssima. Boa filha, esposa exemplar, mãe cuidadosa, excelente dona de casa. Em tudo, cumpria rigorosamente as suas obrigações. Das minúcias do seu interior ao mais grave problema da vida do casal, tudo merecia a sua atenção, tudo resolvia com critério e acerto. (...) Uma mulher do dever, em suma” (PEREIRA, 2006, p. 14).

Lúcia Miguel Pereira, no artigo “As mulheres na literatura brasileira”, escrito para a Revista *Anhembi*, reitera a saga feminina exposta na ficção quando destaca que as mulheres eram modeladas a se tornarem matéria-prima a ser domesticada.

[a] regra era reclusão, o regime de gineceu, que engordava o corpo e fazia murchar a inteligência; a regra era a menina pregada às saias da mãe, misturada às mucamas, em sua companhia aprendendo a bordar e a trocar os bilros para fazer renda, pouco sabendo além de ler, escrever e contar – isso mesmo as mais afortunadas, que em algumas famílias as mantinham analfabetas, a fim de não se poderem corresponder com namorados; a regra era o casamento muito cedo, as maternidades anuais, a autoridade do marido sucedendo à do pai; a regra era a minoridade prolongada até a velhice, determinando nas senhoras a infantilidade... (PEREIRA, 1954, p. 21).

Agregando os predicativos enaltecidos pela sociedade, principalmente pelo marido Artur, que ‘não lhe exagerava os méritos’, Maria Luísa, em alguns aspectos, experimentava de uma nova postura, inclusive por descender de uma classe burguesa superior àquela do marido, ela opinava nos negócios.

Até em negócios – Artur continuava o comércio de fazendas em grosso que lhe legara o pai – era de bom conselho. Socialmente, soubera criar uma situação de que se envaidecia o marido. Não que



andasse em festas e bailes – não era disso. Cultivava algumas relações, poucas, mas escolhidas, escolhidíssimas. Como nunca as poderia ter o Artur Pires, da firma Pires & Sá, cujo fundador, o seu avô, desembarcara no Rio de tamancos e jalequinho de rapado (PEREIRA, 2006, p. 14).

Gozando de alguns privilégios como a amizade de pessoas influentes na sociedade, também dotadas de uma melhor condição econômica ou herdadas da tradição familiar, algumas mulheres começaram a traçar novas posturas no convívio do lar. Era o caso da protagonista Maria Luísa que possuía, visivelmente, a admiração social e a superioridade em relação à origem familiar do marido. Estudando as posturas do homem e da mulher nas primeiras décadas do século XX, a historiadora Mary del Priore constata que nelas ocorreram mudanças que influenciaram decisivamente os comportamentos nas relações de gênero. Para Mary del Priore, “novos comportamentos tiveram início, no fim do século XIX, comportamentos marcados por enorme transformação social e econômica. Essa corrente influenciará as formas de viver e pensar, provocando, no meio do século XX, uma fenomenal ruptura ética na história das relações entre homens e mulheres” (DEL PRIORE, 2005, p. 231).

Apesar da degradação financeira de seus pais, Maria Luísa se impõe diante da sociedade, dando realce à velha condição de sua família. Como comenta o narrador, mesmo “[a]s reviravoltas econômicas da Abolição e dos albores da República, pondo em situação precária muitas famílias abastadas – entre outras a do Dr. Lemos -, foram as principais responsáveis, na nossa plebeíssima era republicana, pela permanência dos preconceitos de linhagem” (PEREIRA, 2006, p. 22). Envolvendo-se nos negócios e aconselhando o marido, a protagonista conseguia lhe despertar sentimentos desagradáveis e um mal-estar inexplicável. “Seria uma inconsciente, uma obscura revolta contra a superioridade da mulher? Porque sem ser ruim, era-lhe inferior e o reconhecia. Mas não, não podia ser. Não era vaidoso, nem invejava Maria Luísa; admirava-a, ao contrário, sinceramente, e dela se orgulhava” (PEREIRA, 2006, p. 15).



Nota-se aqui as primeiras fragilidades masculinas em relação ao comportamento feminino.

Marcado pela tradição patriarcal, o romance revela sutilmente esses primeiros contornos das flexibilizações das relações familiares, embora, ao longo do enredo, através do comportamento da figura central, venha reafirmar a trajetória feminina do dever ao prazer e culminando, novamente, no dever. Esse discurso falocêntrico² e elitista reflete e reifica a experiência de umas poucas pessoas – predominantemente burguesas – mesmo que, em certos momentos, esse burguesismo seja criticado. Como destaca o narrador “o burguesismo nem sempre é visceral. Acaba, não raro, onde começa a introspecção...” (PEREIRA, 2006, p. 15).

Os pais de Maria Luísa, oriundas de famílias abastadas que entraram em decadência após a mudança de regime de governo, viviam de gabar-se de nobreza por contar quatro ou cinco gerações e ter tido um antepassado entre os homens do Império. No presente da enunciação, os pais da protagonista apesar de serem apenas pacatos proprietários, empobrecidos até o pai, Dr. Lemos, ser transformado em funcionário público, ainda mantinham as aparências do passado ilustre. Casado com D. Constança, uma senhora resignada e passiva, Dr. Lemos engrandecia o passado com a falência do presente, enquanto envenenava o presente com a grandeza do passado.

D. Constança, impregnada pela atmosfera trágica do marido, aceitava sua inoperante condição de esposa e “partia do ponto de vista que era esse o seu lote na vida, e ainda se dava por muito satisfeita de não ser pior a situação” (PEREIRA, 2006, p. 23). No contexto da época, era habitual as mulheres encontrarem no casamento a única forma de vida. Muitas delas se contentavam apenas com o sustento provido pelo marido. Para Simone de Beauvoir, “[a] liberdade de escolha da jovem sempre foi muito restrita; e o celibato – salvo em casos excepcionais em que se reveste de caráter sagrado – abaixa-a ao nível de



parasita e do paria; o casamento é o seu ganha pão e a única justificativa social de sua existência” (BEAUVOIR, 1980, p. 167).

Estudando as revistas e as relações entre homens e mulheres em meados do século XX, Carla Bassanezi (1997) salienta que se continuava a acreditar que ser mãe e dona-de-casa era o destino natural das mulheres, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. Acerca da influência exercida sobre o feminino nesse período por meio dos discursos literário, jornalístico e histórico, Mary del Priore destaca que as revistas femininas tinham um papel modelar no que dizia respeito à vida amorosa. “Revistas como *Querida, Vida Doméstica, Você, Jornal das Moças* ou sessões femininas no *O Cruzeiro* tinham um tremendo impacto como formadores de uma opinião conservadora (DEL PRIORE, 2005, p. 283). Um dos instrumentos controladores da vida social, principalmente das mulheres da elite era a revista *A Ordem*. Escrita por intelectuais católicos, *A Ordem* contava com a contribuição de Lúcia Miguel Pereira nas chamadas “Crônicas femininas”, nas quais a escritora fazia apologia aos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher nessa sociedade, educando os filhos no instinto de paz. Como comenta Márcia Cavendish Wanderley, a escritora negando a caracterização de feminista vê o feminismo como “um movimento que deveria incentivar o cumprimento de deveres que, inevitavelmente, são responsabilidade da mulher diante da sociedade” (WANDERLEY, 1999, p. 78).

Assumindo exemplarmente esse papel de educadora das filhas, Célia e Maria Luísa, numa direção tradicional, D. Constança e Dr. Lemos não permitiam amizades e saídas das filhas de casa, tampouco estiveram num colégio. Sempre envolvidas com os trabalhos caseiros, dizia Dr. Lemos: “meninas, antes querem-se pouco instruídas do que vagando a sós pelas ruas” (PEREIRA, 2006, p. 26). Acerca dessa inatividade feminina, comenta o narrador que “a pior escravidão, essa que não permite nem a reação do pensamento. (...) O segredo, talvez – e a maior humilhação- de tantas existências femininas,



apagadas e humildes” (PEREIRA, 2006, p. 24). Sobre esse controle masculino sobre a fala e o pensamento feminino, é interessante observar que Maria Luísa não realiza grandes mudanças em sua prática, ela apenas passa a refletir mais, na segunda parte do livro, tomando o papel legado, na primeira parte, ao narrador. Nesse sentido, as personagens são emudecidas uma vez que a grande transformação se dá apenas em seus pensamentos. Andrea Nye (1995) salienta que, a partir das explicações lacanianas, o que diferencia a mulher do homem não são realidades físicas, mas o pensamento. Com base na linguagem como diferença sexual, Nye reforça a idéia de que se a mulher fala menos que os homens é porque elas têm menos poder que este.

Não surpreende que as mulheres estejam silentes considerando-se a sua falta de poder. É certo que o direito de falar foi conseguido em parte. Mesmo quando o direito das mulheres de falar em público não é abertamente contestado, poucas mulheres falam. Em suas conversas íntimas com membros do sexo oposto, as mulheres falam menos, menos freqüentemente, e são mais interrompidas (NYE, 1995, p. 205).

Esse poder feminino conferido através da escrita é bastante controverso em Lúcia Miguel Pereira. Esta, na tentativa de ficar no controle consciente da linguagem ‘negocia’ com o narrador, de gênero indefinido, para colocar o leitor como mero espectador das lições que evidencia, dificultando a sua possibilidade de subverter o desejo do texto, ou seja, ouvir aquilo que ele não pretende dizer. Nesse viés, a ‘criatura feminina de papel’ que sobressalta do romance em questão, marcada por traços conservadores, ainda que idealize grandes mudanças, carrega marcas, tomando de empréstimo o termo de Sandra Harding (1993), de uma “consciência domesticada” fruto da ausência de poder a que foi submetida. A ‘consciência domesticada’ da heroína comunga, de certa forma, da tendência de escrita da autora posto que esta, mesmo se destacando em ofícios ainda considerados masculinos imprime em seus textos uma linguagem e um pensamento machista.



Outra personagem que simboliza bem o espírito dos anos trinta é D. Constança, já que ela “era do tempo em que os maridos – cabeças dos casais – eram temidos pelas mulheres, que os tratavam, pela vida em fora, como visitas de cerimônia. (...) era daquela geração de moças que consideravam o casamento quase um milagre – talvez porque o implorassem a Santo Antônio, ardentemente, no silêncio dos oratórios!” (PEREIRA, 2006, p. 42). Constituíam deveres da mulher nesse tempo praticar os afazeres da casa, possuir noções de religião para a educação dos filhos e, como costumes entre os grupos mais abastados, os pais davam às moças uma professora de francês e outra de piano. Assim fizeram os pais de Maria Luísa. Porém, como destaca o narrador, “dessas aulas, o que de mais claro lhes ficou, foi uma idéia de ordem social intransponível e rígida, mantida, aliás, por um Deus muito cheio de etiquetas e convenções que lhes descreviam a mãe e a tia” (PEREIRA, 2006, p. 26). Vê-se aqui a vulnerabilidade da educação, sobretudo a dissimulação da religiosidade das seguidoras, que é destacada pelo narrador ou seria pela autora? Nesse sentido, ratifica-se a contradição existente na impressão da ideologia religiosa católica que norteou a vida da personagem e, ainda, da autora.

Terminada a educação, já podiam se casar. “Começou para a mãe, senão para as moças, a obsessão do casamento” (PEREIRA, 2006, p. 26). Porém D. Constança temia que as filhas não conseguissem um marido, pois “meninas pobres e ajuizadas não atraíam rapazes” (PEREIRA, 2006, p. 26). Com isso, em casa da tia de Niterói, Maria Luísa conhece Artur e, compadecida de sua timidez e embaraço no jogo de prendas, ajuda-o e, pouco tempo depois, o moço a pede em casamento. É possível notar no trecho as fragilidades que caracterizariam o marido e, nesse primeiro gesto da protagonista, vê-se a influência que, posterior ao casamento, exerceria sobre o mesmo. Como o casamento, “ao menos para as mulheres, cujo único horizonte deve ser o da família” (PEREIRA, 2006, p. 28) tornou-se, para Maria Luísa, o único objetivo de vida, conclui o narrador “Só então começou a viver” (PEREIRA, 2006, p. 27). A



despeito dessa restrição na vivência da mulher, explica Mary del Priore: “Era indisfarçável o conformismo da maioria das mulheres diante da condição de sujeição imposta pela lei e pelos costumes: serva do marido e dos filhos, sua única realização aceitável acontecia no lar” (PRIORE, 2005, p. 248).

E Artur era mais sensível na educação dos filhos que a esposa, que, ao exemplo da mãe, tratava-os com rigor a fim de torná-los bons cidadãos. Inclusive no trato com o marido era bastante exigente, e D. Constança “nunca se pudera habituar à rispidez com que a filha tratava o genro” (PEREIRA, 2006, p. 42). Entendia tal comportamento com os pais ou os filhos, mas com o marido, não podia entender porque, para ela, Artur era um marido exemplar. D. Constança, “uma vez, muito veladamente, entreteve-a sobre o perigo de desgostar um esposo tão moço ainda e tão bom. Disse-lhe que os homens eram muito exigentes, muito fáceis de melindrar, e andavam expostos às tentações de toda sorte. Não faltaria com certeza uma mulher sem escrúpulos para explorar o descontentamento de Artur” (PEREIRA, 2006, p. 82). Acreditava ter o dever de informar à filha, pois as mulheres eram mais fortes, e deviam guiar os maridos, sem que estes o percebessem.

Artur tinha prazer na companhia dos filhos e nisso se diferia dos outros homens, uma vez que a educação dos filhos ficava a cargo, exclusivamente, da mulher. Como confirma o narrador “Artur escapava nesse ponto à regra geral: tinha prazer na companhia dos filhos. Talvez porque, a eles, se sentisse superior” (PEREIRA, 2006, p. 31). Naomi Segal (1997) discute o fato de que a mãe deve ser o espelho no qual a criança irá se refletir e, dessa forma, a relação entre espelho e reflexo ou sujeito e objeto é transferida para a idade adulta entre homem e mulher. Internalizando a autoridade de sobre os filhos e sobre a família Maria Luísa intimidava, ao mesmo tempo em que, orgulhava o marido, já que o mesmo precisava de certo contato com os filhos. Mas a esposa agia com severidade, pois se entende que o controle sobre os mesmos também configurava uma forma de superioridade feminina. É o próprio narrador quem



esclarece que “era uma boa mãe, e cuidadosíssima. Mas as faltas dos filhos, os seus pequeninos defeitos, as suas fraquezas pueris, assumiam para ela proporções exageradas. Porque a humilhavam” (PEREIRA, 2006, p. 33).

Como ficou dito que a tessitura da obra aborda concepções de vida e momentos de quase identificação entre a autora e a protagonista, Márcia Cavendish Wanderley destaca que, nos escritos de Lúcia Miguel para a revista católica *A Ordem* a autora faz apologia aos papéis atribuídos tradicionalmente à mulher. Neles, Lúcia esclarece que “se o realismo cristão não pode contar com uma humanidade perfeita, sem ódio e rivalidades, deve contar com a ‘ação’ sobre o indivíduo. Cabe então à mulher, em seu papel natural de educadora, criar o instinto da paz, sendo ela a principal responsável por essa tarefa de transformação do indivíduo” (WANDERLEY, 1999, p. 75).

Com essa conduta marcada pela tradição, Maria Luísa traça um destino para si em que não há lugar para os prazeres exteriores à vida doméstica. Como destaca o narrador, a protagonista “não podia acreditar honestas mulheres que cuidassem de alguma coisa além da casa e dos filhos. Confundia, na mesma condenação sumária e inflexível, as elegantes e as intelectuais (...) Nunca imaginara outra existência. O pequeno mundo – de que era o centro – lhe bastava (PEREIRA, 2006, p. 40). E é nesse universo fechado do ambiente doméstico que Maria Luísa contata Flávio, o *leitmotiv* das grandes revelações de sua existência e da apostasia de suas convicções. Entretanto, tais revelações não constituem motivos suficientes para transformar a sua ‘consciência domesticada’.

De maneira peculiar, Maria Luísa além de agregar juízos e comportamentos típicos de uma cultura patriarcal, mostra-se, por vezes, contraditória em suas idéias uma vez que novas experiências vêm marcar a trajetória dessa personagem, inscrevendo nela a decadência de valores que permeavam as relações familiares do mundo moderno.



Referências

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.602-640

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 2000.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

GOTLIB, Nádia Batella. "A literatura feita por mulheres no Brasil" in *Boletim do GT ANPOLL/MULHER E LITERATURA*, 1998.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*. n.1. Ano 6, 1993. p. 7-31.

NYE, Andrea. *Teorias feministas e as filosofias do homem* (Trad. Nathanael C. Caixeiro) Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1995.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931- 1943), e em livros*. Prefácio, Bernardo de Mendonça; pesquisa bibliográfica, seleção e notas, Luciana Viégas- Rio de Janeiro: Grafia Editorial, 1992.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Maria Luísa*. In: PEREIRA, Lúcia Miguel. *Ficção reunida*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2006.



PEREIRA, Lúcia Miguel. As mulheres na literatura brasileira. *Revista Anhembi*. São Paulo, dezembro de 1954, Vol.XVII, n. 49.

SEGAL, Naomi. Eco e Narciso. In: BRENNAN, Teresa (Org.). *Para além do falo: ma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. (Trad. Alice Xavier) Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997. Coleção Gênero Vol. 4. p. 225- 249.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. Lúcia Miguel Pereira: do conservadorismo ao liberalismo. In: RAMALHO, Christina (Org.) *Literatura e feminismo*. Propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1999. p.73-84.

Notas:

¹ Mestre em Literatura Brasileira pela UFMG, doutoranda em Literatura pela UNB, professora do Departamento de Comunicação e Letras da UNIMONTES. edwirsgensletras@yahoo.com.br

² Relevante ressaltar aqui a apropriação do emprego do termo falocêntrico para tal questão já que, aos olhos da psicanálise, o termo falo pode ser confundido com o órgão sexual masculino. Porém, o falo ao qual se refere Lacan é o detentor do poder que, em sua época, concentrava-se nas mãos masculinas, daí a confusão na relação com o pênis. É sabido que existem também mulheres fálicas, como é o caso da personagem Maria Luísa que, tanto no trato familiar como na administração do trabalho do marido é ela que, respaldada pela sua origem privilegiada e tomada pelas doutrinas tradicionais, mantém o controle.

